



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**9ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa**

**7 de novembro de 2022**

**Ata da Trigésima Primeira Sessão Extraordinária**

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos do dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Extraordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária, e pelo Senhor Deputado Ivory de Lira, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Valderéz Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Elenil da Penha, Jair Farias, Valdemar Júnior, Zé Roberto Lula e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 77/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 28, de 4 de novembro de 2022, que “altera a Lei número 3.895, de 30 de março de 2022, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Tocantins – RPC-TO”; Projeto de Lei número 758/2022, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, que “dispõe sobre a proibição da queima e soltura de fogos de artifício de estampido no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 759/2022, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Assistência Social Araguaia – Aasa, no município de Araguacema-TO”; Projeto de Lei número 760/2022, de autoria do Senhor Deputado Vilmar de Oliveira, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares de Porto Nacional – TO”; Ofício oriundo do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, informando que o relatório de Atividades concernentes ao 2º trimestre de 2022 foi devidamente apresentado ao Pleno da Corte na 62ª Sessão Ordinária de 19 de outubro de 2022, conforme certidão anexa; Ofício número 34/2022, oriundo do Governador do Estado, informando que empreenderá



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

viagem a Sharm El Sheikn – Egito, para participar da 27ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 27, acompanhado dos agentes públicos designados na forma anexa cópia do Ato número .059 – DSG, de 26 de outubro de 2022; Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, informando sua ausência pelo período de 8 a 22 de novembro do corrente ano, por motivo de participação na Delegação que empreenderá viagem a Sharm El Sheikn – Egito, para participar da 27ª Edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, informando sua ausência pelo período de 8 a 23 de novembro do corrente ano, por motivo de participação na Delegação que empreenderá viagem a Sharm El Sheikn – Egito, para participar da 27ª Edição da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 761/2022, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 1.308 a 1.312. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 1.309, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 23/2022,



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 2.959, de 18 de junho de 2015, que dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS, na parte que especifica”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.009, de 7 de novembro de 2022, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciada, em turno único de discussão e votação, a Medida Provisória número 24/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “dispõe sobre a redução de base de cálculo do ICMS incidente sobre operações de saídas interestaduais realizadas com gado bovino, nas condições que especifica”, a qual votada, foi aprovada. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga a Lei número 4.010, de 7 de novembro de 2022, e encaminha à Secretaria para comunicar à Autoridade competente. Foi anunciado, em segunda fase de discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo número 146/2022, originário da Medida Provisória número 18/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “disciplina as relações jurídicas decorrentes da perda de eficácia da Medida Provisória número 18, de 13 de julho de 2022”, o qual, votado, foi aprovado. O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins promulga o Decreto Legislativo número 320, de 7 de novembro de 2022, e encaminha à Secretaria para



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

comunicar à Autoridade competente. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação os Projetos de Lei de conversão números: 755/2022, originário da Medida Provisória número 19/2022, anexado ao Projeto de Lei número 569/2020, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “revoga o inciso VI do art. 27 da Lei Estadual número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; 756/2022, originário da Medida Provisória número 21/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “revoga dispositivo do art. 27 da Lei número 1.287, de 29 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota providências”, 757/2022, originário da Medida Provisória número 16/2022, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “revoga alíneas do inciso I do art. 27 da Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins”, 653/2022, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “declara de Utilidade Pública o Instituto Estadual de Proteção Animal, Ambiental e Desenvolvimento Sociocultural – Iepaa”; 662/2022, de autoria do Senhor Deputado Eduardo do Dertins, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Laço do Amor no município de Bandeirantes do Tocantins – TO”; 668/2022, de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres, que “declara de Utilidade Pública



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Estadual o Instituto Flor do Girassol, no município de Palmas-TO”; 669/2022, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Liga Esportiva Regional de Araguatins, com atividade em Araguatins”; e 691, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Arthur Peterson – IAP – Casazul”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foi anunciada, em primeiro turno de discussão e votação, a Proposta de Emenda Constitucional número 3/2019, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “altera o art. 8º da Constituição do Estado do Tocantins”, a qual votada, nominalmente, foi aprovada com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes e encaminhada à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 3/2022, de autoria da Defensoria Pública do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 55, de 25 de maio de 2009”, o qual votado, nominalmente, foi aprovado com dezoito votos sim, perfazendo um total de dezoito votantes e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 6/2022, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Estadual número 2.409, de 16 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Plano de Cargos,



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

Carreira e Remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Tocantins e dá outras providências”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*